

SAÚDE MENTAL INFANTIL: COMO A ATENÇÃO PRIMÁRIA PODE FAZER A DIFERENÇA

Carmem Andréia Dutra Eidelwein¹

Daiane Cristina Teixeira²

Alessandra Kist Vieira³

¹Psicóloga Clínica, Mestra em Ciências da Saúde. Pós-graduada em Atenção Primária em Saúde. Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC. Email: carmemadeidelwein@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2913-1883>

²Enfermeira, Pós-graduada em Saúde Pública. Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC. Email: daianecristinateixeira@hotmail.com

³Médica. Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC. Email: alessandrakvieira@hotmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: A procura por atendimentos psicológicos para crianças na Atenção Primária à Saúde (APS) tem aumentado significativamente nos últimos anos. O Brasil apresenta elevados índices de transtornos de ansiedade, afetando aproximadamente 9,3% da população, enquanto estudos indicam que cerca de 35% das crianças e adolescentes apresentam ansiedade ou depressão. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 14% das crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos no mundo vivenciam algum tipo de transtorno mental. Estes dados reforçam que a saúde mental infantil é uma questão de relevância global, com implicações diretas para o desenvolvimento social, escolar e emocional das crianças. Apesar dessa demanda, a atenção em saúde mental infantil na APS permanece fragilizada, com limitações estruturais, de recursos humanos e metodológicos. A APS representa a porta de entrada e o cuidado longitudinal desses usuários, sendo um espaço estratégico para a detecção precoce de transtornos, prevenção de agravamentos e promoção da saúde mental. Assim, torna-se essencial fortalecer os processos de cuidado, promover intervenções multiprofissionais e integrar diferentes estratégias terapêuticas para atender de forma eficaz às necessidades das crianças e suas famílias. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo planejar, organizar e implementar estratégias e métodos de cuidado em saúde mental infantil na APS, direcionados a crianças que apresentam transtornos psicológicos, emocionais e/ou comportamentais, por meio de atuação conjunta de uma equipe multiprofissional, promovendo atenção integral e longitudinal. **Metodologia:** O estudo caracteriza-se como relato de experiência, envolvendo 34 crianças com idades entre 3 e 11 anos, encaminhadas para psicoterapia mediante



indicação médica, solicitações escolares ou dos responsáveis. A intervenção ocorreu ao longo de 10 meses, entre janeiro e novembro de 2024, conduzida por equipe multiprofissional composta por psicóloga, enfermeira, médica e profissionais do programa Academia da Saúde. As ações incluíram: avaliação clínica detalhada, sessões de psicoterapia individual e em grupo, análise de prontuários clínicos, avaliações psicológicas específicas, atividades físicas orientadas, práticas de *Mindfulness* voltadas para regulação emocional, ludoterapia, psicoeducação e uso de fitoterapia. Cada abordagem foi adaptada conforme as necessidades individuais da criança, garantindo flexibilidade e adequação ao contexto familiar e escolar. A combinação dessas estratégias visou o manejo integrado de sintomas, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e prevenção de complicações futuras. **Resultados e discussão:** Do total de crianças atendidas, 62% eram do sexo feminino e 38% do sexo masculino. Observou-se que os meninos foram mais atendidos entre 5 e 7 anos, enquanto o público feminino concentrou-se entre 9 e 11 anos. A análise indicou que algumas crianças apresentavam mais de um transtorno, evidenciando comorbidades complexas. A ansiedade destacou-se como o transtorno mais prevalente (71%), seguida por transtornos de aprendizagem (38%), transtornos do desenvolvimento (12%) e depressão (6%). Entre os meninos, os sintomas mais frequentes incluíram desafio opositor, enquanto nas meninas foram observadas alterações de humor e compulsão alimentar. O encaminhamento especializado também diferiu por sexo: meninos foram direcionados principalmente à neurologia, e meninas à psiquiatria, com maior adesão a programas de atividade física e uso de medicação fitoterápica. Ambos os sexos, entretanto, participaram de psicoterapia e demais intervenções de forma consistente. Estudos evidenciam que a ansiedade infantil está associada a prejuízos psicossociais, como dificuldades de relacionamento, isolamento social e impactos emocionais significativos. Além do sofrimento individual e familiar, tais transtornos representam um desafio para o sistema público de saúde devido ao risco de desenvolvimento de futuras psicopatologias e aos custos associados ao atendimento contínuo (Almeida et al., 2019; Farias; Rodrigues, 2020). **Contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** O trabalho se conecta diretamente ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao promover a saúde mental infantil e fortalecer a atuação da APS. Em particular, o estudo contribui para a Meta 3.4, que visa reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção e do tratamento, promovendo saúde mental e bem-estar. Ao enfatizar o acesso a serviços de saúde de qualidade e a integração de práticas multiprofissionais, o trabalho também reforça a importância de atenção primária resolutiva, equitativa e inclusiva. **Considerações finais:** Após 10 meses de intervenção, 75% das crianças apresentaram melhora

significativa nos sintomas de ansiedade. A análise diferenciada por sexo evidenciou necessidades específicas quanto a encaminhamentos e adesão aos tratamentos. A identificação precoce dos transtornos de ansiedade é essencial para prevenir repercussões negativas, como abandono escolar, prejuízos no desenvolvimento acadêmico e limitações futuras no desenvolvimento profissional. A experiência evidencia que a abordagem multiprofissional, com ações integradas e adaptadas ao contexto individual, é eficaz para o manejo da ansiedade e demais transtornos infantis. Recomenda-se a expansão dessas práticas para outras UBSs, com capacitação continuada das equipes e fortalecimento do cuidado longitudinal. Estratégias como grupos de apoio terapêutico, reuniões periódicas intersetoriais e compartilhamento do cuidado (matriciamento) são fundamentais para garantir resolutividade e sustentabilidade do processo de cuidado. O estudo contribui para a reflexão sobre políticas públicas em saúde mental infantil, destacando a relevância da APS como espaço de promoção, prevenção e cuidado contínuo, e evidencia a necessidade de consolidar práticas integradas que favoreçam o desenvolvimento saudável das crianças, o bem-estar familiar e a redução de desigualdades em saúde.

Descritores: saúde mental infantil; Equipe Multiprofissional; Transtornos de Ansiedade; Atenção Primária em saúde; Psicoterapia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S.; LIMA, R. S.; CRENZEL, G.; ABRANCHES, C. D. **Saúde mental da criança e do adolescente**. Barueri: Manole, 2019. 210 p. (Série Pediatria SOPERJ).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

FARIAS, N.; RODRIGUES, M. Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 51, 2º sem., p. 85-96, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n51/n51a09.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SINAIS DE ALERTA PARA A APS. Saúde mental de crianças: sinais de alerta para a APS. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/especialista/saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-a-aps>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Eixo 4: Formação e práticas de cuidado em saúde.